



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS POLÍTICOS:
O CASO DA PRAÇA DO CIDADÃO, NA CEILÂNDIA - DF**

Manuela J. Lima

Orientador: Daniel A. de Azevedo

Resumo

A degradação de espaços urbanos representa um desafio persistente, especialmente nas áreas periféricas do Distrito Federal. Em 2007, uma política de reconfiguração espacial foi implementada com o intuito de enfrentar esse problema, promovendo a transformação física e social da Praça do Cidadão, situada na Ceilândia, a região administrativa mais populosa do Distrito Federal. Com base nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar de que maneira essa política contribuiu para consolidar a praça como um espaço político, ou seja, um ambiente de interação entre Estado e sociedade, onde emergem demandas sociais, manifestações e processos de reapropriação simbólica. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico, análise documental, entrevistas e observação de campo. Os resultados apontam que a Praça do Cidadão se consolidou como um espaço político aberto, em que a articulação entre políticas públicas e mobilização comunitária transforma tanto seu uso quanto seu significado social. Destaca-se, nesse processo, o programa Jovem de Expressão, fruto da política pública de 2007. Embora desprovido de poder institucional formal, o programa atua como um espaço político limitado, fortalecendo a cidadania e promovendo as pautas da juventude periférica no cotidiano da praça.

Palavras-Chave: Espaço político; Políticas públicas; Praça do Cidadão; Ceilândia.

Abstract

The degradation of urban spaces represents a persistent challenge, especially in the peripheral areas of the Distrito Federal. In 2007, a spatial reconfiguration policy was implemented to address this issue, promoting the physical and social transformation of Praça do Cidadão, located in Ceilândia, the most populous administrative region of the Distrito Federal. Based on this context, the present research aims to analyze how this policy contributed to consolidating the square as a political space, that is, an environment of interaction between the State and society, where social demands, demonstrations, and processes of symbolic reappropriation emerge. The research adopts a qualitative approach, based on bibliographic review, document analysis, interviews, and field observation. The results indicate that Praça do Cidadão has been consolidated as an open political space, in which the articulation between public policies and community mobilization transforms both

its use and its social meaning. In this process, the Jovem de Expressão program, a result of the 2007 public policy, stands out. Although lacking formal institutional power, the program acts as a limited political space, strengthening citizenship and promoting the agendas of peripheral youth in the daily life of the square.

Introdução

Nos centros urbanos, é comum encontrar espaços deteriorados que demandam a criação e execução de políticas públicas eficazes. No caso do Distrito Federal, é evidente a presença de espaços deteriorados, especialmente em áreas periféricas. Quando iniciativas de políticas públicas são implementadas, a população passa a utilizar e ressignificar esses espaços, promovendo transformações significativas no ambiente e na comunidade.

Em 2007, uma política pública do Governo do Distrito Federal, em parceria com o Instituto Referência da Juventude e com financiamento do Grupo Caixa Seguros, promoveu a reconfiguração da Praça do Cidadão, localizada na Ceilândia. O objetivo era tornar o espaço mais atrativo, seguro e funcional para a comunidade, que anteriormente o percebia como um ambiente inseguro e negligenciado (Ponte, 2023; Brasil de Fato, 2022).

Como parte dessa política, essa iniciativa também possibilitou a criação do programa Jovem de Expressão, que ocupa atualmente dois galpões na praça. Segundo sua página oficial, o Jovem de Expressão (Jovem de Expressão, 2024), é um movimento social que tem como ideia prevenir a violência, o uso de drogas e a exclusão social por meio de ações culturais, educativas e de empreendedorismo, com foco na economia criativa e inclusão profissional. O programa buscava prevenir a violência e a exclusão social por meio de oficinas culturais, ações educativas e práticas de empreendedorismo voltadas à juventude periférica (UNESCO, 2022).

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo investigar como essa política pública contribuiu para transformar a Praça do Cidadão em um espaço político, entendido aqui como local de expressão de demandas, conflitos e articulações entre sociedade civil e poder público (Lévy, 1994; Smith, 1995; Castro, 2018). A fundamentação teórica parte do conceito de espaço político como construção coletiva que combina materialidade, práticas

simbólicas e intencionalidade política (Arendt, 1998; Azevedo, 2021; Cornwall, 2002).

Para tanto, a metodologia adotada incluiu revisão bibliográfica, análise documental de fontes institucionais e jornalísticas, provenientes do jornal *Correio Braziliense* e do *Diário Oficial*, referentes ao período de 2007 a 2025 para verificar a quantidade de políticas públicas implementadas na praça, entrevistas com agentes envolvidos e visitas ao local, com o objetivo de identificar e compreender os projetos e movimentos políticos presentes na Praça do Cidadão, e avaliá-la como um possível espaço político.

A literatura contemporânea traz que o espaço político é um conceito multidimensional que combina elementos materiais, como infraestrutura, e imateriais, como práticas sociais, simbólicas e intencionais, configurando-se como uma arena de interação, disputa e construção coletiva de significados (Castro, 2012; Azevedo, 2021). Desse modo, os espaços políticos estão profundamente associados à democracia e à liberdade, funcionando como um *locus* de ação participativa e engajamento social, essencial para a consolidação da cidadania e para a criação de significados por meio da interação social (Arendt, 1998; Cornwall, 2002). Entretanto, a literatura não se aprofunda em como políticas públicas podem suscitar a emergência de espaços políticos, lacuna que essa pesquisa busca suprir.

Ao final, constatou-se que a Praça do Cidadão passou a funcionar como um espaço político aberto, em que políticas públicas e mobilização comunitária se articulam para transformar o uso e o significado do espaço (Castro, 2018). A Praça do Cidadão representa de forma emblemática a reconfiguração dos espaços públicos a partir da articulação entre políticas públicas e mobilização popular. Nesse cenário, o programa Jovem de Expressão também se destaca como um espaço político limitado, que contribui para o fortalecimento da cidadania e a valorização das pautas da juventude periférica, mesmo sem deter poder institucional.

O artigo está organizado em quatro partes, a primeira parte aborda os conceitos de espaço político e políticas públicas; a segunda parte apresenta os procedimentos metodológicos, incluindo a descrição da área de estudo; a terceira parte parte expõe os resultados da pesquisa, e, por fim, a quarta parte traz as considerações finais.

1. Espaços políticos e políticas públicas: pontes de interseção

1.1 Espaços políticos

Ao falar de "espaço político", é essencial compreender o contexto em que esse conceito surgiu, o que nos leva ao nascimento da geografia política, mais especificamente da geografia política tradicional, no final do século XIX e início do século XX. Nesse período, o "espaço político" era amplamente entendido como sinônimo de território estatal. A geografia política tradicional foi profundamente influenciada pelo imperialismo europeu, pela consolidação dos Estados-nação e pelas intensas disputas territoriais (Agnew, 2003).

Nesse cenário, a geografia política concentrou-se na análise das relações entre poder político e território, tendo o Estado como referência central das investigações (Ratzel, 1897). A abordagem tradicional era permeada por uma perspectiva determinista, na qual a geografia era vista como um fator estratégico crucial para o fortalecimento e a sobrevivência dos Estados. O controle territorial era, portanto, considerado fundamental para o poder político e militar do Estado (Lacoste, 1976).

Dentro dessa perspectiva, em que o sistema internacional era organizado em torno de Estados-nação soberanos e a definição de fronteiras estatais era vista como essencial para a estabilidade política, o espaço político era rigidamente vinculado às fronteiras estatais, funcionando como a base material do poder político (Agnew, 2003). Espaço político era concebido apenas na escala nacional, e não havia diferença conceitual marcante em relação ao conceito de território (Ratzel, 1897; Mackinder, 1904).

Essa perspectiva territorialista deixava de lado dinâmicas sociais, culturais e econômicas que extrapolam os limites interestatais. O espaço político era concebido principalmente como território estatal, visto como critério central de poder, restringindo sua compreensão a disputas entre Estados. No entanto, essa perspectiva, que dominou grande parte da fase inicial da geografia política, passou a ser desafiada a partir do século XX, particularmente após a Segunda Guerra Mundial. Transformações globais, como o aumento das interdependências econômicas e o desenvolvimento das organizações internacionais, evidenciaram as limitações dessa abordagem determinista, que enfatizava a centralidade do território no exercício do poder (Agnew, 2003; Harvey, 2002).

Autores como Yves Lacoste denunciaram o uso da geografia para fins imperialistas e militares em sua obra *A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra* (Lacoste, 1976), assim como Peter Taylor, que ampliou o conceito de espaço político para

incluir redes de poder globais, fluxos econômicos transnacionais e movimentos sociais, que desafiam a ideia de que o território estatal é a única base do poder (Taylor, 1989). Porém, nota-se, ainda, que o conceito estava vinculado à escala nacional e global.

Na década de 1970, Soja introduziu o conceito de espaço político como um espaço definido territorialmente pela comunidade política. No entanto, foi a partir de 1990 que esse conceito passou a ser associado de maneira mais direta ao governo, consolidando-se como um objeto relevante de reflexão, ainda que pouco explorado pelos teóricos da época. Lévy (1994) argumentava que o espaço político estaria profundamente inserido na vida social e que poderia ser alterado pelas ações concretas da sociedade, provocando mudanças na agenda política. Para ele, o espaço político havia se tornado um recurso essencial para legitimar as pautas sociais e políticas em debate. Smith (1995) ampliou essa discussão, apontando a capacidade dos movimentos sociais de criar espaços políticos, transformando-se em agentes de mudança socioespacial e controle do poder.

Sendo assim, a partir da década de 1990, o conceito de espaço político começou a ser reinterpretado, afastando-se da visão restrita às fronteiras do Estado. O espaço político passou a ser entendido como algo fluido e dinâmico, passível de transformações sociais e influenciado pelos movimentos populares. Trata-se de uma mudança de escala e de perspectiva epistemológica, que amplia o conceito de espaço político ao incorporar dinâmicas sociais e culturais que extrapolam os limites tradicionais do território estatal (Lévy, 1994; Smith, 1995). Nesse sentido, atualmente, o conceito de espaço político não se limita ou se confunde com o território nacional, como era visto na geografia política tradicional.

Para Arendt (1998), a política está relacionada às normas socialmente estabelecidas para regular conflitos, interesses e decisões coletivas, sendo viável apenas em contextos democráticos. Dessa forma, a filósofa afirma que o sentido da política é a liberdade dentro dos limites estabelecidos pela sociedade.

Nesse sentido, Cornwall (2002) complementa ao destacar os espaços políticos como expressões materiais e atos de participação, os quais não apenas dão vida a espaços existentes, mas também esculpem novos espaços e criam formas sociais. Para Cornwall, diferentes formas de participação pública na política fortalecem a cidadania e conferem legitimidade a esses espaços políticos.

Esse autor nos propõe refletir sobre outras características dos espaços políticos,

construídos pela própria sociedade, os quais, em articulação ou em tensão com as instituições, assumem diferentes formas e funções. Isso significa dizer que, apesar de ter relação com o Estado, o espaço político não mais se limita a uma visão puramente estadocêntrica, já que grupos sociais podem construí-las, ativá-las e usá-las. A partir dessas características, Castro (2018) constrói uma tipologia que envolve três: Espaços Políticos Exclusivos, Espaços Políticos Limitados e os Espaços Políticos Abertos.

Segundo a autora, o primeiro se refere aos espaços onde as decisões tomadas são normas impositivas a toda a sociedade, ou seja, os espaços da representação política como os Parlamentos, Câmaras Legislativas ou Assembleias. Alguns estudos geográficos evidenciam bem o conceito de espaços públicos exclusivos, como o caso da Câmara de Vereadores de Cavalcante (GO) durante a pandemia de COVID-19 (Silva et al., 2022). Segundo esses autores, as restrições sanitárias dificultaram o funcionamento presencial do espaço, comprometendo a participação popular, a transparência institucional e o diálogo entre poder público e sociedade. Isso revela que, apesar dos recursos digitais, a presença física continua sendo fundamental para garantir o exercício pleno da democracia, especialmente em contextos marcados por limitações estruturais.

Os Espaços Políticos Limitados são definidos como arenas institucionais parciais voltadas à representação de interesses específicos da sociedade, como conselhos, fóruns temáticos e associações de moradores. Para Azevedo (2021), em *O sofisma da democracia participativa: uma interpretação geográfica da participação política*, esses espaços não se restringem ao Estado e funcionam como canais de mediação social, embora nem sempre garantam uma participação efetivamente plural e inclusiva. Sua existência evidencia a importância de pensar a democracia para além dos espaços políticos tradicionais, incorporando outras formas de representação e participação.

Já os Espaços Políticos Abertos são definidos como aqueles de movimentos e momentos efêmeros, pois, além de possuírem escala e métricas instáveis, tomam forma nas ruas, praças e lugares do cotidiano social, a partir da atuação coletiva que os transforma em espaços de conflitos e ação política (Cornwall, 2002).

Essa tipologia definida por Castro (2018) se baseou em critérios como escala, métrica e substância (Lévy, 1999), que estão relacionados quanto ao seu reconhecimento, abrangência e efetividade. A escala e métrica do espaço podem ser variáveis e instáveis.

Enquanto sua substância irá afetar as decisões políticas de prazo mais longo (Castro, 2018), a métrica também é possível de ser mensurada e qualificada. Além disso, a materialidade é fundamental para o próprio funcionamento político.

Dentro das características dos espaços políticos, três condições fundamentais são destacadas: materialidade, imaterialidade e intencionalidade (Castro, 2012). A materialidade e a imaterialidade estão interligadas, influenciando-se mutuamente. Como destaca Gois (2015, p. 36, apud Azevedo, 2021), essa interação faz com que ambas sejam partes de uma estrutura formada por práticas sociais, que também moldam essas mesmas práticas.

Os conceitos de materialidade e imaterialidade são fundamentais para compreender a complexidade do espaço enquanto produção social. A materialidade refere-se aos elementos físicos e concretos que compõem o espaço, como ruas, edifícios, praças, infraestrutura urbana e objetos técnicos. Esses elementos, no entanto, não possuem sentido por si só, pois, como explica Milton Santos, sua existência está vinculada aos usos e valores que lhes são socialmente atribuídos; eles se articulam com o funcionamento da sociedade e com os papéis que assumem nas práticas cotidianas (Santos, 1997).

Já a imaterialidade diz respeito aos aspectos simbólicos e subjetivos que atribuem sentido aos espaços. Essa dimensão inclui sentimentos, memórias, representações sociais, identidades coletivas e narrativas construídas pelos sujeitos em relação aos lugares onde vivem. De acordo com Maria Adélia de Souza, o espaço geográfico deve ser entendido também como um campo simbólico, carregado de significados produzidos historicamente pelos grupos sociais que o habitam (Souza, 2001). Rogério Haesbaert reforça essa perspectiva ao destacar que os territórios não se restringem a recortes físicos, mas incorporam relações de pertencimento e simbolismos, sendo resultado de múltiplas territorialidades (Haesbaert, 2004).

Nesse processo de produção do espaço, a intencionalidade desempenha um papel decisivo. O espaço não é moldado apenas por ações espontâneas, mas por práticas sociais e políticas orientadas por objetivos específicos. Castro (2012) argumenta que o Estado, por exemplo, atua com finalidades claras, e sua presença se materializa no território por meio de políticas públicas, infraestrutura e regulamentações que refletem seus interesses e estratégias.

Complementando essa visão, Santos (2009, p. 95) afirma que toda ação humana

carrega uma intencionalidade, ou seja, busca alcançar determinados fins, e que essa ação, junto de seus objetos, se transforma e se redefine no tempo. Isso significa que o espaço é constantemente reconstruído por decisões deliberadas, nas quais formas materiais, ideias e objetivos políticos se entrelaçam. Assim, compreender o espaço geográfico exige reconhecer a articulação entre materialidade e imaterialidade, bem como a ação intencional dos sujeitos e instituições que o produzem.

Azevedo (2021), alinhado com o pensamento de Arendt, concebe o espaço político como um espaço fisicamente construído que serve para mediar e influenciar as relações entre o Estado e a sociedade. Segundo o autor, essa relação se baseia nas normas de um sistema democrático, em que tanto a materialidade quanto a imaterialidade do espaço contribuem para a manutenção e fortalecimento dos Estados democráticos. Os atos políticos que moldam esse espaço ganham visibilidade e impactam a agenda política, demonstrando que, quanto mais espaços políticos se concretizam no território, mais ampla é a democracia. Assim, o espaço político está intrinsecamente ligado ao sistema democrático, estruturando a interação entre o poder instituído e a sociedade, funcionando como um local onde os atos políticos ocorrem e materializam a democracia (Azevedo, 2021).

Pesquisas recentes na geografia (Parkinson, 2012; Azevedo, 2018) demonstram que espaços urbanos concebidos como públicos podem adquirir papéis políticos centrais, ainda que seu uso democrático seja frequentemente limitado por restrições físicas, legais ou comerciais.

Um exemplo marcante é a *Parliament Square*, em Londres, que mesmo carregada de simbolismo democrático, apresenta restrições físicas e legais que limitam sua apropriação popular (Parkinson, 2012, p. 37-38). De forma semelhante, a *Federation Square*, em Melbourne, idealizada como espaço de encontro cívico, tem seu uso real condicionado por regras que favorecem interesses comerciais em vez da participação cidadã (Parkinson, 2012, p. 53-55).

Na Union Square, em São Francisco, embora o espaço seja formalmente público, o controle exercido por meio de vigilância e normas de conduta evidencia uma exclusão disfarçada de abertura, inibindo a livre expressão (Parkinson, 2012, p. 60-62). Já Zócalo, na Cidade do México, embora historicamente utilizado como palco de mobilizações populares, sofre intervenções estatais em momentos estratégicos, o que compromete sua função

contestatória (Azevedo, 2020).

Outro exemplo, o *National Mall*, em Washington D.C., conhecido por sediar manifestações de grande impacto político, enfrenta uma crescente institucionalização dos protestos, com exigências burocráticas e gestão fragmentada que enfraquecem sua espontaneidade como espaço democrático (Parkinson, 2012, p. 45-47).

Por fim, o documentário *The Square* (2013), de Jehane Noujaim, retrata as manifestações na Praça Tahrir, no Cairo, durante a Primavera Árabe, evidenciando o espaço público como centro de resistência e reivindicação democrática. Ao acompanhar os ativistas egípcios, o filme demonstra como a ocupação física da praça fortaleceu a participação política, exemplificando as reflexões de Parkinson (2012) e Costa e Ribeiro (2018) sobre o papel essencial desses espaços no engajamento cívico, mesmo sob regimes repressivos.

Esses casos evidenciam que as praças públicas, embora desenhadas para o encontro coletivo, são frequentemente alvos de disputas simbólicas e normativas, revelando os limites e as contradições da democracia no espaço urbano contemporâneo.

Diante disso, é crucial questionar de que modo essas políticas abrem brechas que permitem que os espaços públicos, uma vez reconfigurados, se transformem em locais de contestação e de novas demandas, muitas vezes contrárias às intenções originais. Pois o resultado é uma nova reconfiguração, onde o espaço reconfigurado pela política pública adquire outro significado e se torna um ponto de encontro para a defesa de interesses, negociações e disputas de poder que reverberam em diferentes escalas. A ponte entre política pública em espaços públicos e a criação, o fortalecimento ou, ainda, o desmantelamento de espaços políticos, ainda precisa ser mais explorada, como fez Lee (2009).

1.2 Políticas públicas e reconfiguração espacial

Para compreender a responsabilidade das políticas públicas na criação de espaços políticos, é essencial esclarecer, primeiramente, alguns dos conceitos envolvidos e suas inter-relações, especialmente no que diz respeito ao papel das políticas públicas na reconfiguração de determinados espaços.

Rodrigues (2010) enfatiza que políticas públicas devem ser construídas por meio de

processos participativos e deliberativos, nos quais diferentes interesses e perspectivas são considerados para alcançar decisões que promovam o bem comum. Ela destaca que a mediação e o diálogo entre os diversos segmentos da sociedade são fundamentais para a efetivação de políticas públicas democráticas e inclusivas.

Nesse sentido, Souza (2006, p. 25) enfatiza que essas políticas possuem impactos significativos na economia e na sociedade, destacando que qualquer teoria sobre políticas públicas deve considerar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Complementando essa visão, Muller (2013) aponta que o campo das políticas públicas se dedica a "colocar o governo em ação", avaliar os resultados dessa atuação e propor ajustes quando necessário. Esse processo envolve a definição de objetivos que surgem da representação de um problema, da análise de suas consequências e da identificação de soluções possíveis.

A análise das políticas públicas frequentemente se apoia em um modelo teórico conhecido como ciclo de políticas públicas, que envolve as etapas principais de definição da agenda, formulação, implementação e avaliação. Segundo Souza (2006), a etapa de formulação é essencial para a execução de objetivos por governos democráticos, funcionando como o momento em que diretrizes são traduzidas em estratégias concretas.

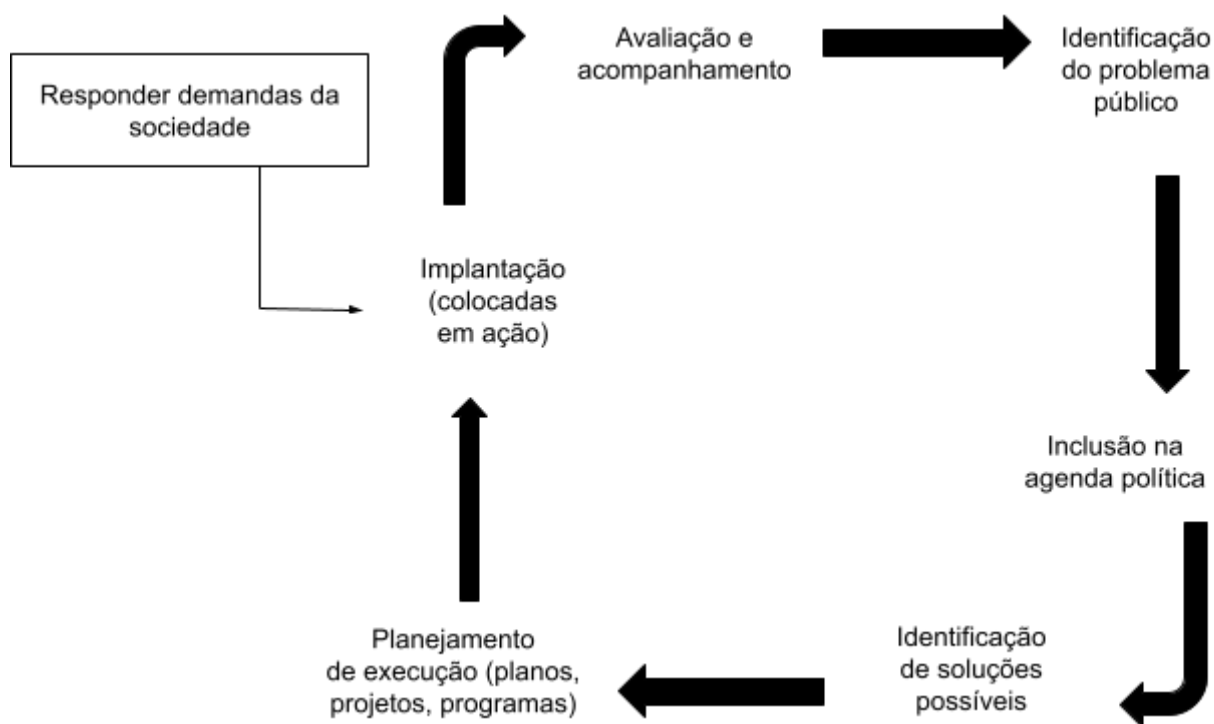
Rodrigues (2010) acrescenta que essa fase demanda um diagnóstico detalhado da situação e da elaboração de alternativas viáveis, sendo fundamental para preparar o ambiente político e econômico necessário à efetivação das ações propostas. Esses processos refletem a interação dinâmica entre o Estado, a sociedade e a economia, como destacado em estudos sobre a governança pública.

A implementação das políticas públicas envolve a aplicação prática das ações planejadas, coordenando recursos e tempo para atingir os objetivos propostos. Fernandes, Castro e Maron (2013) enfatizam a relevância da interação entre governo e sociedade e da adaptabilidade dos atores locais para o sucesso dessa etapa. Já Lima e D'Ascenzi (2013) destacam a necessidade de objetivos claros e da mediação de conflitos de interesse, elementos fundamentais para enfrentar os desafios próprios dessa fase.

A avaliação mede o impacto e a eficácia das políticas. Cunha (2006) afirma que ela envolve aspectos quantitativos e qualitativos, e a participação popular pode ser decisiva, especialmente em políticas sociais. No esquema abaixo (Figura 1), pode-se verificar as etapas

que procedem às políticas públicas (Travassos et al, 2013).

Figura 1 - Esquema representativo das etapas das políticas públicas



Fonte: Travassos (2013).

A partir do que foi ilustrado, nota-se que o ciclo de políticas públicas tem início nas demandas sociais, o que também se aplica à revitalização de espaços urbanos. No caso da Praça do Cidadão, observou-se uma reconfiguração promovida por uma política pública, cujo objetivo era ressignificar o espaço. Com o tempo, essa ressignificação foi ampliada pelos próprios usuários, que atribuíram novos significados ao local por meio do uso cotidiano.

A partir disso, percebe-se que as políticas públicas desempenham um papel fundamental na reconfiguração dos espaços urbanos, que podem se transformar em arenas de participação democrática, contestação e inclusão social. Quando bem planejadas, elas promovem a qualidade e o acesso aos espaços públicos, fortalecendo o exercício da cidadania (Lefebvre, 1974; Milton Santos, 1996).

De acordo com Castro (2005), as pessoas ou grupos em uma sociedade se mobilizam para transformar suas necessidades e interesses em políticas ou ações, dentro de um espaço reconhecido como legítimo para tomar essas decisões. Sendo assim, essa mudança ocorre por meio de atores que buscam institucionalizar aquilo que já está em processo de formação.

A relação entre políticas públicas e o espaço é também reconhecida nas áreas da geografia, arquitetura e urbanismo. As políticas públicas são instrumentos fundamentais para a organização do território, influenciando diretamente como os espaços coletivos são planejados, implantados e apropriados. Lefebvre (2001) argumenta que o espaço é socialmente produzido, sendo moldado por relações de poder e estratégias institucionais que atuam sobre o território.

Carlos (1994) reforça essa perspectiva ao destacar que o espaço urbano é resultado de disputas, interesses e conflitos, refletindo desigualdades estruturais da sociedade. Portanto, as políticas urbanas não são neutras: podem tanto reproduzir quanto combater exclusões sociais (Maricato, 2001). A forma como o Estado atua sobre o território, por meio de legislações, investimentos e planos urbanísticos, impacta diretamente a dinâmica urbana e o acesso da população aos bens coletivos.

Porém, o que é pouco explorado é a relação entre essas mesmas intervenções urbanas e a formatação de espaços políticos. Lee (2009) revela que a transformação de “espaços vazios” em espaços políticos ocorre através da ação política das pessoas, vinculada à sua vontade de dominar o espaço público, revelando as interações entre fatores sociais, históricos e simbólicos. Essa ação abre brecha para conferir às pessoas o direito a esse mesmo espaço, desde que haja uma intencionalidade clara. Segundo o autor, a ação política é fundamental para a produção do espaço.

O autor coloca que essa ação política é intrinsecamente espacial, ou seja, o espaço não é abstrato e uniforme, como se assume na Ciência Política. Pelo contrário, é o contexto geográfico real em que a política, vinculada à ação popular, ocorre, se desenvolve e restringe ou fortalece a política. A praça Tiananmen, originalmente concebida como um espaço monumental no coração político de Pequim, adquiriu, segundo Lee (2009), novos significados ao longo do tempo, especialmente durante os protestos de 1989. Esses eventos marcaram sua transição de um lugar estático para um símbolo dinâmico de resistência e contestação política.

O autor revela três fatores fundamentais para essa transformação. O primeiro foi a mudança na ordem material do espaço, como a abertura de avenidas em torno da Praça, melhorando a infraestrutura e acessibilidade. Com essas obras efetivadas, a Praça Tiananmen, projetada para simbolizar o poder centralizado do governo chinês, tornou-se um

local de contestação quando ocupada por manifestantes. Elementos como barricadas, tendas e cartazes alteraram a materialidade do espaço, transformando-o em um palco de resistência coletiva. Nota-se aqui o papel fundamental de uma política pública de reconfiguração espacial para a construção desse espaço político.

O segundo fator foi a atuação de diferentes grupos, que trouxeram complexidade ao espaço político emergente. Estudantes, trabalhadores, intelectuais e outros cidadãos ocuparam a praça, cada um com demandas específicas, criando camadas de significados e diferentes usos políticos do espaço. Essa pluralidade revelou a capacidade de um espaço físico de abrigar múltiplas narrativas e disputas simbólicas. Assim, o espaço político não é somente forma, mas sim se constitui no uso.

O terceiro fator foram as manifestações de 4 de maio de 1989, que consolidaram a praça como um símbolo de luta por democracia e direitos humanos. Essas manifestações, ao desafiarem diretamente a legitimidade do governo chinês, transformaram Tiananmen em um marco não apenas para a história chinesa, mas também para o imaginário político global. Esse modelo de ocupação tende a gerar maior repercussão e visibilidade, como coloca Castells (2013) e Gomes (2018). No caso dos movimentos e mobilizações na Praça do Cidadão, na Ceilândia - DF, recorte de estudo da atual pesquisa, essa mesma estratégia de ocupação foi utilizada através da mobilização realizada pela comunidade para ocupar parte do espaço público da Praça com atividades e projetos culturais (Brasil de fato, 2021) e será explorada mais adiante.

2. Procedimentos Metodológicos

Com o objetivo de embasar teoricamente esta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos de espaço político, políticas públicas e reconfiguração espacial, buscando compreender tanto seus significados quanto às formas como esses conceitos se articulam na prática. A revisão bibliográfica foi conduzida a partir de buscas em fontes científicas, como periódicos da CAPES e bibliotecas de universidades, utilizando como critérios de seleção artigos científicos publicados em português, inglês e espanhol, de diversas autorias.

Para identificar as políticas públicas implementadas na Praça do Cidadão, realizou-se um

levantamento documental nos acervos virtuais do Correio Braziliense e do Diário Oficial do Distrito Federal, no período de 2007 a 2025. A escolha pelo Correio Braziliense deve-se ao fato de ser um dos jornais mais antigos de Brasília, funcionando como uma importante fonte de memória e registro de ações públicas. Já o Diário Oficial foi utilizado por seu caráter institucional e jurídico, sendo o veículo oficial por meio do qual o poder público divulga atos administrativos e normativos. A data do recorte temporal se deu pelo fato da política pública que marcou a praça ter sido implementada no ano de 2007 e o fim do recorte por ser a data mais recente. Ao todo, foram identificados mais de sessenta e um documentos que revelam uma interação contínua entre a administração pública e a comunidade, envolvendo tanto políticas públicas quanto ações compartilhadas.

Ainda como parte da metodologia, para compreender quais projetos e movimentos políticos presentes na Praça do Cidadão poderiam categorizá-la como um possível espaço político, foram realizadas buscas em fontes jornalísticas digitais que documentam alguns movimentos e debates realizados na praça, todas essas informações foram tabuladas. Foram analisadas oito reportagens, provenientes de veículos como Correio Braziliense, Brasil de Fato e Agência Brasília, que documentaram manifestações, eventos e debates realizados na Praça do Cidadão entre 2021 e 2025

Também foram realizadas três visitas de campo e duas entrevistas semiestruturadas com uma frequentadora da Praça do Cidadão e integrante do Jovem de Expressão e com um representante da Administração Regional da Ceilândia, ambos os entrevistados optaram por não autorizar o uso de suas imagens na pesquisa, razão pela qual suas identidades foram preservadas e suas contribuições mantidas em anonimato. A primeira saída de campo ocorreu na tarde de 10 de dezembro de 2024, com o objetivo de observar o uso cotidiano da praça. A segunda visita aconteceu em 15 de maio de 2025, na sede da Administração Regional, ocasião em que foi entrevistado um de seus representantes do Gabinete (Apêndice A, 2025). A entrevista buscou compreender a atuação da Administração na gestão das praças públicas de Ceilândia, especialmente no que se refere à Praça do Cidadão. Foram abordados temas como o ano de criação da praça, a existência de registros oficiais sobre sua inauguração, as políticas públicas implementadas no local, a relação com os frequentadores e as demandas da comunidade. Também se discutiu o posicionamento do órgão diante do impasse ocorrido em 2021, envolvendo o programa Jovem de Expressão e a ocupação dos

galpões situados na praça.

A terceira entrevista foi realizada no dia 20 de junho de 2025, com uma representante e VideoMaker do programa Jovem de Expressão, também frequentadora da Praça do Cidadão (Apêndice B, 2025). A conversa abordou a trajetória do programa desde sua instalação em 2007, a atual relação com a Administração Regional, os impactos das políticas públicas ao longo dos anos, além de manifestações culturais e políticas ocorridas no espaço e as principais demandas encaminhadas ao GDF e à Administração, especialmente relacionadas à revitalização da praça.

Todas as informações obtidas por meio das entrevistas e observações foram posteriormente organizadas, transcritas e analisadas qualitativamente, contribuindo para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e políticas que permeiam a Praça do Cidadão.

2.1 Área de estudo

A Praça do Cidadão (Figura 2), foco deste estudo, está localizada em Ceilândia, a região administrativa mais populosa do Distrito Federal, situada a aproximadamente 26 km do Plano Piloto e com população estimada em 287.023 habitantes (IBGE, 2022). A origem de Ceilândia está diretamente ligada à Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), conduzida pelo então governador Hélio Prates como parte de uma política pública de remoção de populações pobres das áreas centrais de Brasília (HOLSTON, 2013; DUARTE, 2004). Em 1971, cerca de 80.000 pessoas foram deslocadas de comunidades como Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão e Morro do Querosene para a nova localidade, que viria a ser denominada Ceilândia (PODER360, 2021; SILVA, 2021).

A urbanização da região foi intensificada nos anos seguintes, impulsionada tanto pelo fluxo contínuo de migrantes quanto pela atuação da Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS), responsável pela implementação de projetos habitacionais voltados à população de baixa renda (SILVA, 2021; CODEPLAN, 2015). Atualmente, Ceilândia é composta por diversos setores urbanos e industriais, incluindo Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Ceilândia Norte, P Sul, P Norte, Setor O e sua expansão, QNQ, QNR, além de áreas industriais, glebas vinculadas ao INCRA e o Setor Privê (CODEPLAN, 2015).

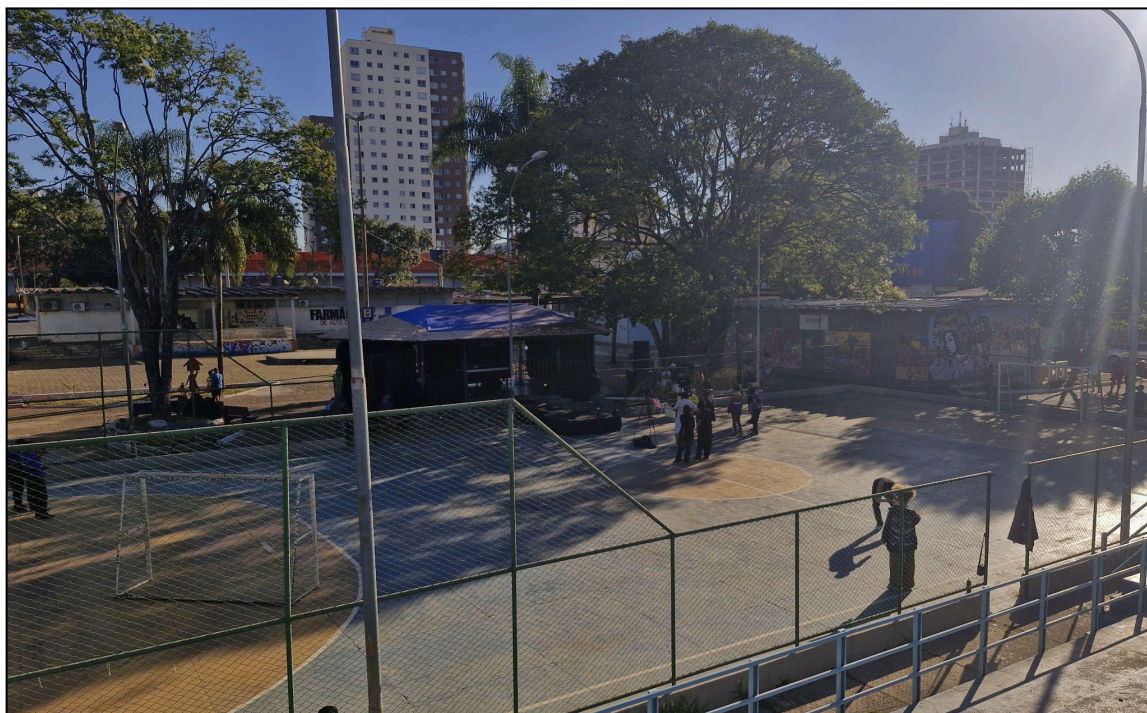
Figura 2 - Mapa de Localização da Praça do Cidadão, Ceilândia - DF



Fonte: Da autora

Quanto à Praça do Cidadão (Figura 3, 4 e 5), está localizada na região administrativa de Ceilândia, trata-se de um espaço público multifuncional, concebido com o objetivo de oferecer opções de lazer e incentivar a convivência comunitária (Correio Braziliense, 2022). Situada entre as quadras QNM 18 e QNM 20, ocupa uma área de destaque na dinâmica social local, reunindo comércios, uma quadra poliesportiva, arquibancadas e galpões. Esses galpões são atualmente utilizados por uma Agência do Trabalhador, uma Farmácia de Alto Custo e dois deles são ocupados por um programa social e cultural chamado Jovem de Expressão. (Brasil de Fato, 2022; Agência Brasília, 2020).

Figura 3 - Praça do Cidadão



Fonte: Da autora

Figura 4 e 5 - Praça do Cidadão



Fonte: Da autora

Segundo as entrevistas realizadas (Apêndice A, 2025) junto à Administração Regional de Ceilândia (2025), a praça apresenta o código **0159/01** no Sistema Geral de Patrimônio (SisGepat) e ainda não está formalmente regularizada como Patrimônio Público. Apesar de existirem registros de algumas obras e revitalizações realizadas entre 2011 e 2013, também

não foi encontrado um marco jurídico ou um documento que determine exatamente a data de criação ou inauguração da praça (Sisgepat, 2019).

3. Resultados e discussões

3.1 Histórico de políticas Públicas aplicadas na Praça do Cidadão

A partir dessa pesquisa, foi possível construir um histórico das políticas públicas voltadas para a praça, cuja distribuição está apresentada na Figura 6. A análise dos sessenta e um documentos públicos nos levou a perceber que apesar da quantidade de políticas públicas serem distribuídas de forma esporádicas, a Praça do Cidadão tem sido alvo de muitas intervenções, reforçando a colocação de uma integrante do programa Jovem de Expressão (Apêndice B, 2025) acerca da articulação interna do programa Jovem de Expressão e da comunidade para com a infraestrutura física e social da Praça do Cidadão.

A análise dos documentos oficiais evidencia que a Praça do Cidadão passou a funcionar como um polo de atração para diferentes tipos de políticas públicas, como aquelas assistencialistas, de reestruturação urbana e, sobretudo, de caráter cultural.

Durante as visitas à praça (2024 e 2025), foi possível observar que o local já não apresenta mais as características de insegurança destacadas anteriormente pela mídia (Ponte, 2023). Atualmente, a praça encontra-se bem cuidada e com ampla presença da população, tanto nas áreas de lazer quanto nas instalações do programa Jovem de Expressão.

Figura 6 - Políticas públicas aplicadas na Praça do Cidadão de 2007 a 2025.



Organização: Da autora

Sendo assim, nota-se que a presença do programa Jovem de Expressão, implementado a partir da política pública patrocinada pela Caixa Seguros em 2007, foi um marco nesse processo. A história da Praça do Cidadão mostra que a efetividade de políticas públicas também depende da capacidade de gerar apropriação simbólica e social dos espaços urbanos. Nota-se também a relação direta entre atores sociais que transitam por outros espaços políticos, como é o caso da audiência pública com representantes governamentais que debateram acerca da regularização da praça, em 2022, com a comunidade.

Em relação às responsabilidades da Administração Regional da Ceilândia na facilitação e apoio de políticas públicas na praça, em entrevista realizada com um representante da Administração Regional da Ceilândia, no dia 15 de maio de 2025 (Apêndice A, 2025), foi destacado que a Administração atua de forma transversal, compartilhando responsabilidades entre diferentes diretorias, como prevê o Decreto nº 38.094/2017 (Distrito Federal, 2017), que organiza o Regimento Interno das Administrações Regionais.

Por sua vez, ainda de acordo com um representante da Administração Regional da Ceilândia, a Coordenação de Desenvolvimento (CODES), particularmente a Diretoria de Articulação (DIART) e a Gerência de Políticas Sociais (GEPOLS), relaciona-se tanto com comunidades quanto com grupos culturais presentes na praça, sendo o elo institucional junto às comunidades, lideranças, grupos culturais e associações que usam o espaço (Distrito Federal, 2017).

Também foi esclarecido que o setor Gerência de Lazer e Esporte (GELAZ) responde pelo incentivo ao esporte amador e às ações de lazer, enquanto o setor Gerência de Licenciamento de Uso e Ocupação de Áreas Públicas e Eventos (GELOAE) controla a realização de eventos de médio e grande porte, emitindo autorizações para o uso do espaço de acordo com a avaliação da viabilidade da atividade. Dessa forma, a administração consegue atender tanto às demandas da comunidade quanto às exigências formais para o uso do espaço (Distrito Federal, 2017).

3.2 Política Pública de 2007 na Praça do Cidadão

De acordo com as reportagens analisadas (Espaço Mulher DF, 2020; Correio

Braziliense, 2022), antes da implementação da política pública aplicada em 2007, a praça enfrentava alguns problemas e, apesar de abrigar algumas iniciativas comunitárias, a área carecia de infraestrutura adequada e apresentava altos índices de insegurança, o que afastava os moradores.

Em 2006, um estudo realizado identificou altos índices de vulnerabilidade social entre jovens do Distrito Federal. O levantamento destacou, em especial, a carência de políticas voltadas para a juventude nas regiões de Ceilândia e Sobradinho. Em 2007, o GDF em parceria com o Instituto Referência da Juventude e financiado pelo Grupo Caixa Seguros, implementou uma política pública voltada à requalificação e revitalização da Praça do Cidadão, onde foram implantadas as primeiras iniciativas da política pública, trazendo o programa Jovem de Expressão para o desenvolvimento de algumas atividades sociais e culturais (UNODC, s.d.).¹

Além disso, a iniciativa teve como foco a melhoria da infraestrutura urbana e o incentivo ao uso coletivo do espaço público. O objetivo principal era ampliar a função social da praça, transformando-a em um equipamento público de convivência e inclusão, alinhado às diretrizes de responsabilidade social e de desenvolvimento urbano sustentável (UNODC, s.d.).¹

A praça passou a desempenhar funções comunitárias relevantes, especialmente após a implantação de programas como o Jovem de Expressão, que fomentaram o uso cultural e social do espaço. Além das melhorias físicas, o objetivo do programa buscava também atender a um público específico: jovens entre 18 e 29 anos, com o intuito de promover sua saúde e reduzir sua exposição à violência (Jornal Ponte, 2023). Essa ação foi um exemplo de como políticas públicas podem contribuir para o fortalecimento da convivência social e para a promoção do bem-estar de comunidades periféricas.

Em termos de financiamento atualmente, de acordo com a entrevista realizada com um dos integrantes do programa Jovem de Expressão (Apêndice B, 2025), ainda se destaca o apoio das mesmas instituições privadas e estatais da primeira política pública aplicada em 2007, a CNP Seguros Holding Brasil S.A. e a Caixa Seguradora têm sido fundamentais. A

¹ UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *Jovem de expressão: principal*. UNODC Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/jovemdeexpressao/jovem-de-expressao-principal.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

dependência de patrocínios e editais evidencia a fragilidade de políticas públicas permanentes voltadas à juventude em territórios periféricos.

Sendo assim, a partir dessa política pública aplicada em 2007, a Praça do Cidadão se transformou em um espaço mais atrativo, seguro e funcional para os moradores da região (Ponte, 2023; Brasil de Fato, 2022), pois também deu apoio ao programa Jovem de Expressão, um programa social que trouxe ações culturais, educativas e de empreendedorismo, com foco na economia criativa e inclusão profissional e que abriu portas para que outras políticas públicas fossem implementadas como consequência das demandas da população, um exemplo é a política pública *Adote uma Praça*.

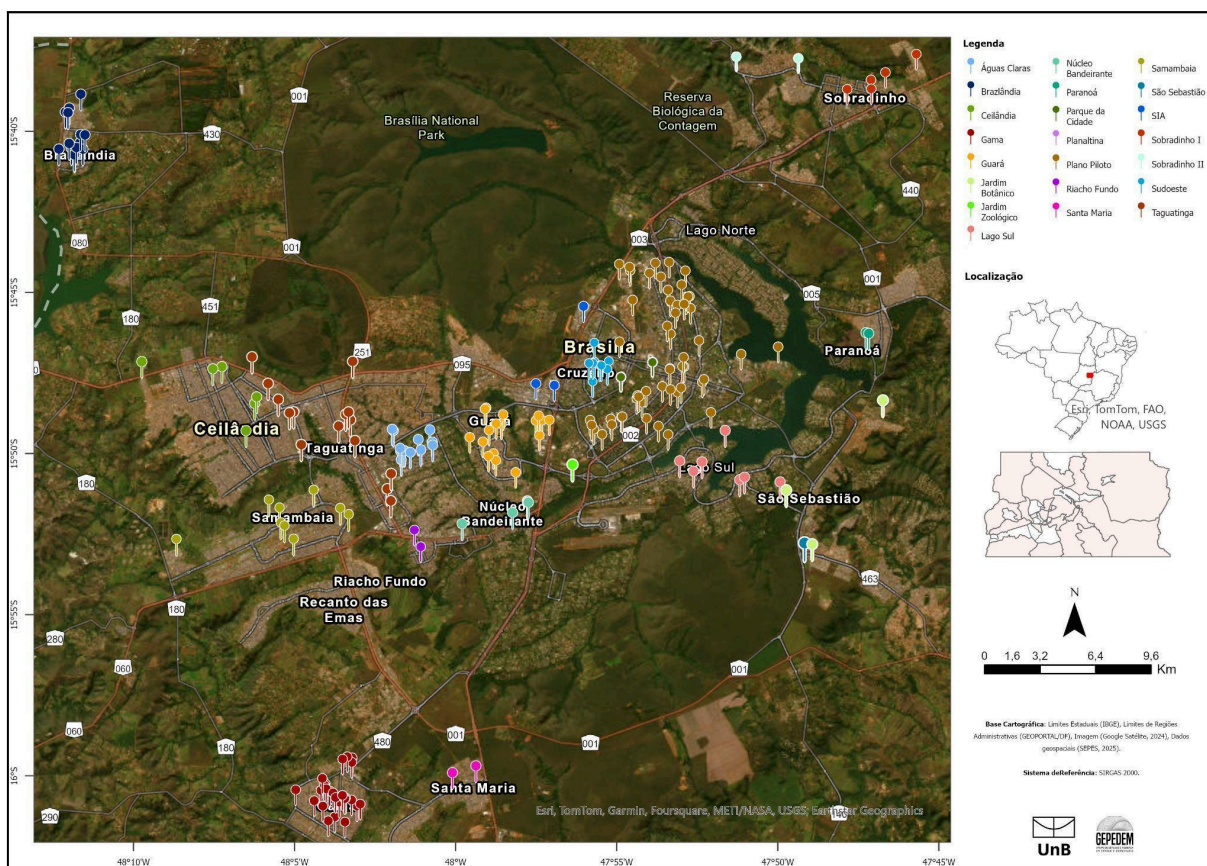
3.3 Adote uma Praça

Em 2020, outra política pública chamada *Adote uma Praça* também marcou a Praça do Cidadão. Essa Política Pública, do Governo do Distrito Federal (GDF), foi criada pela Secretaria de Estado de projetos Especiais (Decreto Nº 39.690) e visava a reconfiguração e manutenção de praças públicas por meio de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada ou organizações da sociedade civil (SEPE, 2019).

O projeto tinha como objetivo principal promover melhorias na infraestrutura, conservação e uso sustentável de praças e outros espaços de convivência urbana. Embora tenha as praças como principal foco, o projeto também contempla jardins, balões rodoviários, estacionamentos, canteiros de avenidas, pontos turísticos, monumentos, parques infantis e Pontos de Encontro Comunitário (PECs) (SEPE, 2019).

Segundo a página da Secretaria de Estado de Projetos Especiais, o Projeto já entregou vinte e nove benfeitorias e atualmente está presente em dezenove Regiões Administrativas (RAs), além de ter recebido cerca de trinta milhões em investimentos privados. Dentre as RAs beneficiadas (Figura 7), seis praças foram contempladas na Ceilândia, dentre elas, a Praça do Cidadão, enquanto o Plano Piloto, com vinte e quatro praças, e o Gama, com treze praças, são as regiões administrativas com mais adesões ao Projeto (SEPE, 2019).

Figura 7 - RA's beneficiadas pela política pública *Adote uma Praça*



Fonte: Da autora

Vale ressaltar que as empresas que firmam parcerias em projetos sociais obtêm uma série de vantagens, como o fortalecimento da imagem institucional, o engajamento com a comunidade, a valorização da marca por meio de ações de marketing e comunicação voltadas à responsabilidade social, além da possibilidade de usufruírem de incentivos fiscais em áreas como cultura, educação e assistência social (Economato, 2023; Aliança Empreendedora, 2023; Amorim, 2023).

Além da política pública implementada em 2007, a política pública *Adote uma Praça*, merece destaque pois essa mobilização comunitária foi fundamental para que a política pública se concretizar como uma ponte para a permanência do programa Jovem de Expressão que, graças a esse processo, conquistou um espaço definitivo na praça, formalizado por meio do Decreto nº 46.185 (Figura 8).

Figura 8 - Jovem de Expressão, Praça do Cidadão



Fonte: Da autora

3.4 Jovem de Expressão

Segundo a página oficial do programa (Jovem de Expressão, 2022), com ações voltadas à juventude periférica, o programa Jovem de Expressão atende anualmente cerca de 42.000 pessoas e já impactou mais de 472.000 desde sua criação. O espaço abriga oficinas de teatro, dança, fotografia, empreendedorismo, oficinas de comunicação, arte, atendimento psicológico e espaços de escuta e diálogo comunitário, atividades como pré-vestibular e eventos culturais, consolidando-se como um lugar essencial para a juventude local (Brasil de Fato, 2022).

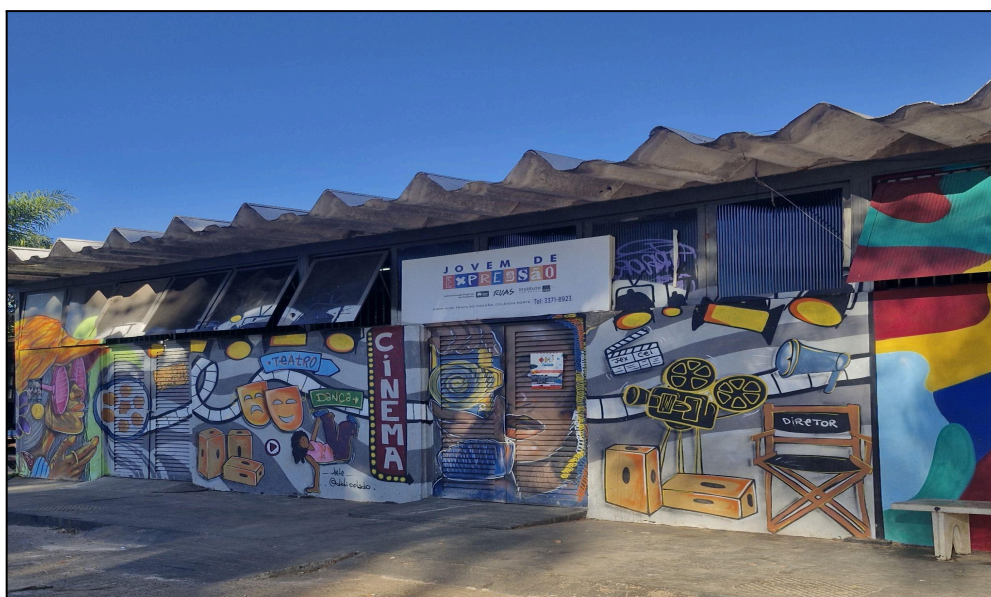
A concentração das ações que circundam a Praça do Cidadão reforça o caráter multifuncional do espaço, pois o programa Jovem de Expressão (Figura 9) com o apoio de políticas públicas, pode ter impulsionado a transformação da Praça do Cidadão em um polo cultural, político e comunitário através da ajuda dessas políticas públicas implementadas em 2007 (Jovem de Expressão, 2022).

Durante as entrevistas realizadas em junho de 2025 (Apêndice B, 2025), uma integrante do programa destacou que o Jovem de Expressão tem desempenhado um papel relevante na ocupação e ressignificação da Praça do Cidadão. As oficinas e atividades são concebidas e executadas por integrantes do próprio programa, que frequentemente buscam

financiamento por meio de editais como o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e a Lei Rouanet. Essa lógica de captação de recursos revela uma dinâmica de autogestão que responde, muitas vezes, à ausência de políticas públicas estruturadas e contínuas voltadas para a juventude periférica.

A integrante do grupo (2025) acrescentou que apesar do programa realizar agendas para além da praça, o foco de atuação está centrado na Praça do Cidadão, estabelecendo conexões que contribuem para a mobilização e o fortalecimento das redes comunitárias. A praça, por sua vez, é descrita por ela como um espaço de livre circulação de ideias, onde diferentes atores sociais, incluindo representantes de variados espectros políticos, se manifestam. Isso revela a influência da Praça e do programa na promoção de debates e conexão com instituições que incentivam a participação na formulação de pautas sociais (Cornwall, 2002).

Figura 9 - Jovem de Expressão, Praça do Cidadão - Ceilândia



Fonte: Da autora

Em uma entrevista ao blog *Ponte* em 2023, Rayane Santos, coordenadora do programa Jovem de Expressão, destacou o contexto de insegurança que prevalecia na praça antes da implementação da política pública financiada pela Caixa Seguros em 2007: *“A praça fica entre duas quadras, e as pessoas evitavam passar por ela, preferindo contornar a área devido ao receio”*. Esse cenário começou a mudar a partir de políticas públicas

implementadas há 15 anos, que transformaram a Praça do Cidadão em um espaço mais acessível e culturalmente ativo (Ponte, 2023; Brasil de Fato, 2022).

Sendo assim, fica evidente a capacidade transformadora desses espaços quando geridos para atender às demandas locais. Sua continuidade e expansão ressignificam a Praça do Cidadão, promovendo inclusão e cidadania ativa em uma comunidade periférica.

De acordo com o Jornal de Fato, em 2021, a Praça do Cidadão foi palco de uma significativa mobilização comunitária. A população organizou uma vigília de 24 horas em defesa do prédio que abrigava o programa Jovem de Expressão, cuja posse estava sendo disputada pela Administração Regional de Ceilândia, que pretendia utilizá-lo para ampliar o serviço de entrega de medicamentos de uma farmácia. Graças às manifestações e à resistência popular, o espaço permaneceu vinculado ao programa, atualmente regularizado pelo Decreto nº 46.185.

A mobilização ocorrida em 2021 foi um forte indicativo do vínculo da comunidade com a Praça do Cidadão e com o programa Jovem de Expressão. A tentativa da Administração Regional de transformar o galpão cultural — anteriormente ocupado por uma delegacia de polícia — em uma nova filial da Farmácia de Alto Custo foi amplamente rejeitada pela população, pois colocava em risco as atividades do programa. A resistência foi marcante e demonstrou o profundo envolvimento da comunidade com o espaço (Brasil de Fato, 2021).

A mobilização foi decisiva e revelou a forte capacidade de articulação social e política da população local. Os moradores defenderam a preservação do galpão como espaço de expressão, convivência e organização comunitária. Esse episódio ilustra com clareza a importância das mobilizações populares e seu impacto direto na definição das prioridades locais, refletindo a escolha da comunidade pela manutenção do galpão cultural em vez da instalação da farmácia na praça (Brasil de Fato, 2021).

Ainda de acordo com a entrevista realizada (Apêndice A, 2025), o representante da Administração Regional da Ceilândia informou que o programa Jovem de Expressão é um importante ponto de encontro para as comunidades da região. Uma vistoria da Gerência de Administração (GEAD) junto à Coordenação de Administração Geral (COAG), atestou o bom estado de conservação das instalações utilizadas pelo grupo. Isso revela que, atualmente, a relação do programa Jovem de Expressão com a Administração já não é mais de tensão e

disputa.

No que diz respeito à relação do programa com os comércios e instituições situados no entorno da praça, as visitas e entrevistas realizadas revelaram (Apêndice B, 2025) uma convivência marcada por acomodações e conflitos. Apesar do impasse com a Farmácia de Alto Custo já ter sido superado, ainda persiste uma disputa simbólica em torno da identidade visual da praça. Esse conflito se manifesta especialmente na relação com a Agência do Trabalhador (Figuras 10 e 11), que se recusa a permitir intervenções do programa em sua edificação, cuja estética contrasta com as intervenções urbanas promovidas pelos jovens grafiteiros do Jovem de Expressão (Figura 12). Essa tensão evidencia a ausência de uma política de gestão integrada para o espaço público da praça.

Figura 10 e 11 - Agência do Trabalhador, 2025



Fonte: Da autora

Figura 12 - Galpão do Jovem de Expressão, 2025



Fonte: Da autora

Além da mobilização realizada em 2021 pela permanência do programa na Praça, a comunidade e o Jovem de Expressão continuam promovendo outras ações, que são possíveis de serem acompanhadas tanto pelas redes sociais, quanto pelos jornais, como apontam alguns dos registros do quadro abaixo (Figura 1).

Quadro 1 - Atos e debates na Praça do Cidadão, Ceilândia - DF

Ano	Evento	Descrição	Fonte
2021	Movimento em defesa do Jovem de expressão	Movimentos e artistas fazem vigília cultural em defesa do Jovem de Expressão na Praça do Cidadão.	https://www.brasildefato.com.br/2021/10/16/movimentos-se-reunem-em-ato-para-defender-permanencia-do-programa-jovem-de-expressao/

Ano	Evento	Descrição	Fonte
2021	Exposições que tratam de gênero, periferia, política e sociedade	Quatro jovens curadoras da cidade têm movimentado o cenário das artes visuais com exposições que tratam de gênero, periferia, política e sociedade	https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/10/4953118-jovens-curadoras-movimentam-o-cenario-das-artes-visuais.html
2023	Ato Global pelo Clima	Manifestação promovida pelo movimento Jovens Pelo Clima com o tema 'Sem tempo para ecocida' e 'Amanhã é tarde demais', denunciando ataques às políticas públicas de proteção ambiental.	https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/03/5077197-entidades-promovem-ato-global-pelo-clima-no-df-o-evento-sera-em-ceilandia.html
2024	Festival Hip-Hop na Comunidade	Evento cultural com shows e debates sobre inclusão social, arte e juventude periférica.	https://ceilandia.df.gov.br/w/pra%C3%A7a-do-cidad%C3%A3o-em-ceil%C3%A2ndia-recebe-o-festival-hip-hop-na-comunidade

Ano	Evento	Descrição	Fonte
2025	Programa Poder em Movimento	Ação com cursos, atendimentos e oficinas voltadas a mulheres em situação de vulnerabilidade social.	https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2025/01/22/programa-gratuito-leva-cursos-atendimento-juridico-e-consultas-a-mulheres-de-ceilandia/
2025	Debate: Extrema-direita e direitos humanos	Debate promovido pelo PSOL-DF sobre ofensiva conservadora e retrocessos em políticas públicas de direitos humanos.	https://www.instagram.com/psoldf
2025	Debate: Individualismo neoliberal e precarização do trabalho e modelo econômico	Atividade organizada pelo PSOL-DF com foco em transformações econômicas, emprego e justiça social.	https://www.instagram.com/p/DKNmUttxQp4/
2025	Debate: Maio de 1968 – 56 anos depois	Debate público promovido pelo PSOL-DF abordando o legado do movimento estudantil e operário de maio de 1968 na França.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/10/31/debate-publico-em-ceilandia-aborda-o-movimento-de-maio-de-1968-na-franca.ghtml

Organização: Do autor

Como o ilustrado, foi possível perceber alguns dos movimentos que a praça passou a sediar e notar que existe uma diversidade de eventos de cunho cultural, social e político, incluindo o Ato Global pelo Clima, o Festival Hip-Hop na Comunidade e debates promovidos por movimentos sociais e partidos políticos, abordando temáticas como direitos humanos, trabalho, políticas públicas e memória histórica (PSOL-DF, 2025; Correio Braziliense, 2023).

Esses casos, presentes nas reportagens, evidenciam que, apesar de serem pontuais e efêmeros, o uso político do espaço público reconfigurado revela o seu potencial de influenciar tanto a formulação de políticas públicas quanto o envolvimento da comunidade nas decisões que afetam o território. Na maioria das vezes, são debates promovidos pelo Jovem de Expressão, que ocupa a Praça do Cidadão como um espaço de resistência, discussão e organização da comunidade. Alguns desses eventos contam com o apoio do Governo do Distrito Federal (GDF), enquanto outros partem da iniciativa da própria comunidade, mostrando como o espaço passa a funcionar como uma arena compartilhada de expressão, compartilhamento de demandas e definição de agendas públicas. Essas manifestações, embora muitas vezes episódicas, indicam a consolidação da praça como arena pública de expressão política e simbólica, configurando-se como espaço de disputa por direitos, reconhecimento e visibilidade social.

As articulações com associações de moradores ainda são incipientes. Segundo a entrevistada (Apêndice B, 2025), há conversas esporádicas com moradores de áreas vizinhas, como o Sol Nascente, envolvendo parcerias em torno do empreendedorismo e de outras iniciativas locais. Um exemplo citado foi o evento "Ruas Convida", cuja bilheteria de eventos culturais é revertida para a infraestrutura da praça, demonstrando a centralidade do espaço nas estratégias de mobilização e financiamento coletivo.

De acordo com a integrante do projeto (Apêndice B, 2025), apesar de indícios de ações governamentais, como projetos do GDF e apoiadores institucionais como o Ministério da Igualdade Racial, cuja ministra realizou visitas à praça, o Ministério do Trabalho e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a ausência de uma estrutura formal de participação comunitária reforça a percepção de que a sustentabilidade do programa depende, em grande medida, da capacidade interna de articulação e da busca por apoios externos. Existem apoios pontuais, entretanto, as ações do programa continuam dependentes de chamadas públicas e projetos sazonais para sua

manutenção.

A experiência do Jovem de Expressão na Praça do Cidadão revela, portanto, tanto o potencial de transformação social gerado pela ação comunitária quanto às contradições estruturais nas políticas de juventude e gestão de espaços públicos em periferias urbanas, além de revelar também a relação entre atores que atuam entre os três espaços políticos, como é o caso das articulações que envolvem tanto os Ministérios, quanto a ONU.

Nesse sentido, a Praça do Cidadão pode ser compreendida como um espaço político aberto, dada sua relação com o espaço público e sua capacidade de influenciar a formulação de políticas públicas (Castro, 2018). Embora tenha sido originalmente equipada com bancos, quadras e parques voltados ao lazer da comunidade, a praça passou a desempenhar um papel estratégico ao sediar mobilizações, manifestações e debates coletivos. Mesmo que essas ações ocorram de forma pontual e efêmera, e que sua escala e intencionalidade tenham sido projetadas de modo distintos daquelas observadas em espaços como a Praça dos Três Poderes, planejada para grandes mobilizações e situada no centro do poder político nacional, a Praça do Cidadão conseguiu transcender sua função inicial, evidenciando como a apropriação comunitária pode ressignificar espaços urbanos e reafirmar seu caráter político.

Dentro desse processo, o programa Jovem de Expressão se destaca como um dos principais agentes de transformação da Praça do Cidadão, atuando como expressão de um espaço político limitado. Ainda que não possua poder institucional decisório, exerce relevante influência simbólica ao promover debates, manifestações artísticas e ações educativas, conectando a juventude periférica a espaços institucionais e incentivando sua participação na formulação de pautas sociais (Castro, 2018). Essa atuação evidencia a natureza dinâmica e multifacetada do espaço político, que resulta da constante interação entre sociedade e poder, envolvendo disputas simbólicas, práticas coletivas e reconfigurações territoriais. Nesse sentido, transformações em espaços públicos como a da Praça do Cidadão criam novos significados e tornam locais antes neutros em arenas de reivindicação, engajamento e fortalecimento da cidadania.

Sendo assim, a implementação da política pública na Praça do Cidadão, em 2007, não apenas ocupou fisicamente a praça, mas a ressignificou profundamente. A partir dela, consolidou-se um ambiente propício ao florescimento de outras ações públicas, estabelecendo um ciclo virtuoso de ocupação, reconhecimento e investimento, como

apontado anteriormente. Esse processo reforça a ideia de que a conformação desses espaços políticos foi uma consequência inesperada da própria política pública, ampliando seus efeitos para além da execução direta das ações previstas.

4. Considerações Finais

A partir do que foi discutido acima, percebe-se que o caso da Praça do Cidadão exemplifica de forma marcante a transformação e reconfiguração dos espaços públicos. Antes pouco frequentada pela comunidade, a praça passou a adquirir um novo significado a partir de 2007, com a implementação de investimentos e programas oriundos de políticas públicas passou a ser voltada ao lazer. Desde então, consolidou-se como um importante espaço cultural e social, revitalizado por meio de iniciativas impulsionadas, em grande parte, pela mobilização popular, abrindo brechas para movimentos desde culturais a políticos.

Desse modo, compreende-se que o espaço político não é fixo nem determinado, mas sim dinâmico e multifacetado, articulando materialidades, práticas sociais e intencionalidades diversas. Ele é constantemente (re)produzido na interação entre sociedade e poder instituído, refletindo disputas simbólicas, práticas coletivas e processos de ocupação territorial (Lévy, 1994; Smith, 1995; Castro, 2018). O caso da Praça do Cidadão mostra como reconfigurações de espaços públicos, a partir da implementação de políticas públicas, podem gerar novos sentidos, transformando-os em arenas legítimas de articulação política, protagonismo social e exercício da cidadania.

Assim, a política pública inicialmente voltada à requalificação urbana foi ressignificada pelos frequentadores da Praça do Cidadão, que transformaram o local em uma arena de expressão democrática. Grupos como o Jovem de Expressão passaram a utilizar a praça como espaço de encontros, intervenções culturais e mobilizações sociais, conferindo-lhe um novo papel simbólico e social. Isso demonstra que políticas públicas, ao facilitar o acesso a direitos, podem gerar efeitos que vão além de seus objetivos iniciais, estimulando novas formas de participação e construção da cidadania.

Referências Bibliográficas

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA. Disponível em: <https://ceilandia.df.gov.br/>.

Acesso em: 20 dez. 2024.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Em Ceilândia, Praça do Cidadão é adotada e será revitalizada. Disponível em:

<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/07/21/em-ceilandia-praca-do-cidadao-e-adotada-e-se-ra-revitalizada/>. Acesso em: 4 dez. 2024.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Em Ceilândia, Praça do Cidadão é adotada e será revitalizada. 2020. Disponível em:

<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/07/21/em-ceilandia-praca-do-cidadao-e-adotada-e-se-ra-revitalizada/>. Acesso em: 30 maio 2025.

AGNEW, J. Geopolitics: Re-visioning world politics. London: Routledge, 2003.

ALBINO, Luciano. 10 lições sobre Max Weber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Coleção 10 Lições).

ALIANÇA EMPREENDEDORA. Investimento social: o que é, como funciona e como fazer. 2023. Disponível em: <https://aliancaempreendedora.org.br/investimento-social/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

AMORIM, Célia. Incentivos fiscais para branding e responsabilidade social. 2023. Disponível em:

<https://pt.linkedin.com/pulse/incentivos-fiscais-para-branding-e-responsabilidade-social-amorim-uwkgf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

ARENDT, H. O que é política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ASTEC. Memorando nº 58/2019. Assessoria Técnico-Jurídica da Administração Regional de Ceilândia, 2019.

AZEVEDO, D. A. A democracia participativa como um sofisma: uma interpretação geográfica da democracia. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

AZEVEDO, D. A. O sofisma da democracia participativa: uma interpretação geográfica da participação política. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2021.

BRASIL DE FATO. Jovem de Expressão na luta para permanecer na Praça do Cidadão em Ceilândia (DF). 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASÍLIA (Distrito Federal). Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017. Aprova o Regimento Interno das Administrações Regionais do Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, 29 mar. 2017. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/95812/Decreto_38094.html. Acesso em: 30 jun. 2025.

BOBBIO, N. Estado governo sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Relatório Anual CAIXA 2023. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br>. Acesso em: maio 2025.

BRASIL DE FATO. DF: Ocupações promovem diversidade e potência das práticas culturais nas periferias. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/13/df-ocupacoes-promovem-diversidade-e-potencia-das-praticas-culturais-nas-periferias>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL DE FATO. Jovem de Expressão na luta para permanecer na Praça do Cidadão em Ceilândia (DF). 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL DE FATO DF. Movimentos e artistas fazem vigília cultural em defesa do jovem de expressão. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatodf.com.br/2021/10/22/movimentos-e-artistas-fazem-vigilia-cultural-em-defesa-do-jovem-de-expressao>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BUCCI, E. A forma bruta dos protestos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CAIXA. CAIXA Políticas Públicas. Brasília: CAIXA, 2024. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br>. Acesso em: maio 2025.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. CAIXA Políticas Públicas. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/servicos-caixa/caixa-politicas->

[publicas/Paginas/default.aspx](#). Acesso em: 16 abr. 2025.

CAIXA SEGURADORA. A empresa. Disponível em:
<https://www.caixaseguradora.com.br/empresa>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Ceilândia*. Brasília, 2015. Disponível em:
<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Ceil%C3%A2ndia-1.pdf>
. Acesso em: 30 maio 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. A cidade das praças: pontos de encontro oferecem lazer e cultura em Ceilândia. 2022. Disponível em:
<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/03/4995787-a-cidade-das-pracas-pontos-de-encontro-oferecem-lazer-e-cultura-em-ceilandia.html>. Acesso em: 30 maio 2025.

CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. São Paulo: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, I. E. Espaço político. GEOgraphia, v. 20, n. 42, p. 120–126, 2018.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, L. (Orgs.). Olhares geográficos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. São Paulo: Bertrand Brasil, 2012.

CORNWALL, A. Making spaces, changing spaces: situating participation in development. IDS Working Papers, n. 170, p. 1–36, 2002.

CORREIO BRAZILIENSE. A cidade das praças: pontos de encontro oferecem lazer e cultura em Ceilândia. 2022. Disponível em:
<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/03/4995787-a-cidade-das-pracas-pontos-de-encontro-oferecem-lazer-e-cultura-em-ceilandia.html>. Acesso em: 7 jan. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. Ceilândia: Jovem de Expressão corre risco de deixar Praça do Cidadão. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 4 dez. 2024.

COSTA, P. C.; RIBEIRO, L. P. Espaços públicos como lugares da política. *Geografares*, n. 26, p. 5–11, 2018.

COX, K. R. *Location and public problems*. Chicago: Maaroufa Press, 1979.

CUNHA, C. G. S. da. Avaliação de políticas públicas e programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. In: *The Theory and Operation of a Modern National Economy*. Washington: George Washington University, 2006.

DA SILVA, A. G. F.; MOTA, L. de A.; DORNELAS, C. S. M.; DE LACERDA, A. V. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. *Revista Debates*, p. 25–42, 2017.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 38.094, de 31 de março de 2017. Dispõe sobre o Regimento Interno das Administrações Regionais. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, 2017

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.

DUARTE, C. R. S. Arquitetura e urbanismo nas cidades novas: a construção de Ceilândia no Distrito Federal. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 10., 2003, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUR, 2003.

DUARTE, Cristiane Rose. *A produção do espaço urbano no Distrito Federal: permanências e transformações da forma urbana no processo de metropolização de Brasília*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

EBC – EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. programa Jovens de Expressão na Ceilândia. 2019. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/tarde-nacional-brasilia/2019/11/programa-jovens-de-expressao-na-ceilandia>. Acesso em: 23 set. 2024.

ECONOMATO. programas sociais em parceria com empresas. 2023. Disponível em:

<https://economato.com.br/programas-sociais-em-parceria-com-empresas/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

ESPAÇO MULHER DF. Detalhou ações de revitalização da praça e o histórico de parcerias com organizações para manutenção e uso cultural. Disponível em: <https://espacomulherdf.org.br>. Acesso em: 4 dez. 2024.

FECOMÉRCIO DF. Praça do Cidadão. Disponível em: <https://turismo.fecomerciodf.com.br>. Acesso em: 4 dez. 2024.

FERNANDES, A. T.; CASTRO, C.; MARON, J. Desafios para implementação de políticas públicas: intersectorialidade e regionalização. In: VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013.

FERNANDES, Ana Cláudia; PIRES, Roberto Rocha C. A execução descentralizada de políticas públicas e o papel da Caixa Econômica Federal. Brasília: Ipea, 2017.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, p. 211-260, jun. 2000.

GOIS, M. P. F. Paisagens noturnas cariocas: formas e práticas da noite na cidade do Rio de Janeiro. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: primeiros*

resultados. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 maio 2025.

Jovem de Expressão. Manifesto: Nota sobre a ameaça de encerramento das atividades do Galpão Cultural do Jovem de Expressão. 2022. Disponível em: <https://jovemdeexpressao.com.br>. Acesso em: 4 dez. 2024.

LACOSTE, Y. A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1976.

LEE, N. K. How is a political public space made? The birth of Tiananmen Square and the May Fourth Movement. *Political Geography*, v. 28, n. 1, p. 32-43, 2009.

LÉVY, J. L'espace légitime. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

LÉVY, J. Le tournant géographique. Paris: Belin, 1999.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

MACKINDER, Halford John. The geographical pivot of history. *The Geographical Journal*, v. 23, n. 4, p. 421–437, 1904.

MASSEY, Doreen. Space, place, and gender. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MOTA, Leonardo de Araújo (Org.). Capitalismo contemporâneo: olhares multidisciplinares. Campina Grande: Eduepb, 2014.

PARKINSON, John. Democracy and Public Space: The Physical Sites of Democratic Performance. Oxford: Oxford University Press, 2012.

PONTE Jornalismo. Jovem de Expressão: desde 2007 mudando a vida da juventude da Ceilândia (DF). 2023. Disponível em: <https://ponte.org/jovem-de-expressao-desde-2007-mudando-a-vida-da-juventude-da-ceilandia-df/>. Acesso em: 23 set. 2024.

PODER360. *Ceilândia, região mais populosa do DF, completa 50 anos neste sábado*. 2021. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/brasil/ceilandia-regiao-mais-populosa-do-df-completa-50-anos-neste-sabado/>. Acesso em: 30 maio 2025.

RATZEL, Friedrich. *Anthropogeographie: Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*. Stuttgart: J. Engelhorn, 1897.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. *Políticas públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: a geografia e o espaço da crítica*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SEPE-DF. *Adote uma praça: Completa dois anos com 92 pedidos de adoção*. Governo do Distrito Federal, 2025. Disponível em: <https://www.sepe.df.gov.br/adote-uma-praca-completa-dois-anos-com-92-pedidos-de-adocao/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SEPE-DF. *Veja aqui o decreto que instituiu o programa "Adote uma Praça"*. Governo do Distrito Federal, 2025. Disponível em: <https://www.sepe.df.gov.br/veja-aqui-o-decreto-que-instituiu-o-programa-adote-uma-praca/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SERPA, Ângelo. *Políticas públicas e o papel da geografia*. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 37-47, out. 2011. Disponível em: <http://www.anpege.org.br/revista>.

Acesso em: maio. 2025.

SILVA, Marcela Antonieta Souza da; PAULINO, Julia; RIBEIRO, Thiago Lopes; AZEVEDO, Daniel A. de. Democracia e Espaço Político Exclusivo: o Caso do Município de Cavalcante (GO) na Pandemia da COVID-19. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 331-353, 2022. Disponível em: <https://revistaespacoaberto.igc.ufmg.br/index.php/ea/article/view/54521>. Acesso em: 16 maio 2025.

SILVA, Eliana Farias da. *A história de Ceilândia*. Brasília: [Scribd], 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/549118392/A-Historia-de-Ceilandia>. Acesso em: 30 maio 2025.

SISGEPAT. Dados Patrimoniais da Praça do Cidadão – Código 0159/01. Sistema Geral de Patrimônio, Administração Regional de Ceilândia, 2019.

SMITH, G. Teoria política e Geografia Humana. In: GREGORY, D. et al. *Geografia humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SOJA, Edward. *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Oxford: Blackwell, 1996.

SOJA, E. W. A paradigm for geographical analysis of political systems. In: COX, K.; REYNOLDS, D. R.; ROKKAN, S. (Ed.). *Locational approaches to power and conflict*. Beverly Hills: Sage Publications, 1974. p. 43-71.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *O espaço urbano*. São Paulo: EdUSP, 2001.

SOUZA, Yalle Hugo de; SECCHI, Leonardo. Extinção de Políticas públicas: síntese teórica sobre a fase esquecida do Policy Cycle. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 20, n. 66, p. 75-93, jan./jun. 2015.

TAYLOR, Peter J. *Political geography: World-economy, nation-state, and locality*. 2. ed. Londres: Longman, 1989.

TEIXEIRA, João Batista Flores. Mulheres chefes de família e políticas públicas: o contraste com a realidade no Bairro Getúlio Vargas (BGV), Rio Grande (RS). Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 86-95, 2013.

THE SQUARE. Direção: Jehane Noujaim. Produção: Netflix; Noujaim Films, 2013. 1 vídeo (104 min), son., color. Documentário.

TRAVASSOS, Ibrahim Soares; SOUZA, Bartolomeu Israel de; SILVA, Anieres Barbosa da. Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro. Revista OKARA, v. 7, n. 1, p. 147-164, 2013.

UNODC. Jovem de Expressão. United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), [s.d.]. Disponível em: https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/jovemdeexpressao/jovem-deexpressaoprincipal.html#:~:text=O%20programa%20Jovem%20de%20Express%C3%A3o,reduzir%20sua%20exposi%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20viol%C3%Aancia_ Acesso em: 18 jun. 2025.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado à Administração Regional de Ceilândia, 2025.

As perguntas a seguir foram elaboradas pela autora e aplicadas durante entrevistas realizadas com representantes da Administração Regional de Ceilândia, no contexto da pesquisa sobre a Praça do Cidadão:

- 1. Em que ano foi criada a Praça do Cidadão, localizada na EQNM 18/20 em Ceilândia? Existe algum registro oficial sobre sua inauguração?*
- 2. Qual é a atuação da Administração Regional de Ceilândia na implementação e gestão de políticas públicas voltadas às praças públicas da Ceilândia?*
- 3. Como se dá a relação da Administração com os frequentadores da praça? Existe uma alta demanda por parte da população direcionada para essa praça em específico?*
- 4. Considerando a permanência do programa e sua relevância social para a comunidade, qual é o posicionamento atual da Administração quanto à presença do Jovem de Expressão no local?*

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado ao programa Jovem de Expressão, 2025.

As perguntas abaixo foram elaboradas pela autora e utilizadas em entrevistas com integrantes do programa Jovem de Expressão, com foco em compreender sua relação com a Praça do Cidadão e a Administração Regional de Ceilândia:

- 1. Quando se deu a criação da Praça do Cidadão?*
- 2. Considerando o ocorrido em 2021, como está atualmente a relação entre o programa Jovem de Expressão e a Administração Regional de Ceilândia?*
- 4. Além de movimentos culturais, ocorrem movimentos políticos na praça? Alguma demanda para com a Administração Regional ou GDF? Como busca por investimento e revitalização da praça?*
- 5. Existe relação do programa com a associação de moradores local?*
- 6. Quais instituições vocês identificam hoje como apoiadoras da Praça do Cidadão? Há apoio do GDF com políticas públicas?*